



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo tem como objetivo a contratação de serviços técnicos especializados para **análise e levantamento de requisitos para o desenvolvimento do Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos – SEIRH**, conforme previsto na Política Estadual de Recursos Hídricos.

2. JUSTIFICATIVA

Instituída pela Lei Federal nº 9.433/1997, a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), dentre suas atribuições, visa operacionalizar a gestão descentralizada, participativa e compartilhada, entre União, Estados, Conselhos, Comitês de Bacia e colegiados. Porém, muitos desafios surgem a partir desse arranjo institucional, criando uma série de riscos para sua consecução. Dessa maneira, definir estratégias institucionais entre esses órgãos, para tomada de decisão e para inserção da sociedade civil e dos municípios, é tarefa complexa e que envolve altos custos.

Dentro do esforço institucional e político empreendido pelo Estado do Rio de Janeiro para avançar na implantação do **SEIRH** estão a aprovação da Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída na Lei Estadual nº 3.239/99, a instituição e regulamentação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI) e do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI) e o reforço do papel do Instituto Estadual do Ambiente – INEA como órgão gestor de recursos hídricos.

De forma pioneira, o Estado do Rio de Janeiro conseguiu aprovar a cobrança pelo uso da água dos rios e aquíferos de domínio estadual. Outros avanços foram a implantação dos comitês estaduais e os instrumentos de gestão previstos em lei. Como exemplo, podem ser citados os desenvolvimentos de planos de bacia e a implantação do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNAHR), que integra os dados sobre utilização e sobre os usuários das bacias do Estado.

Apesar dos esforços despendidos e dos avanços registrados até o momento, muitas ações ainda devem ser realizadas, no sentido de prover ao Inea, o órgão gestor de recursos hídricos do Estado, as ferramentas e as competências necessárias a uma gestão efetiva. Neste contexto, a proposta do **SEIRH** surge como um dos instrumentos capazes de aparelhar a Instituição no cumprimento de suas funções.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

Com isso, espera-se uma redução significativa dos custos futuros de manutenção das informações de interesse como, por exemplo, uma redução drástica na coleta de dados, fruto da falta de conhecimento e armazenagem inadequada dos mesmos, além de refletir em um aumento da margem de acerto nas tomadas de decisão, pela unicidade, veracidade e organização dos dados disponíveis.

3. ESCOPO DO TRABALHO

A solução para implantação do **SEIRH** contempla um conjunto de serviços caracterizados em levantamento de requisitos, desenvolvimento de sistema, geração e migração de base de dados, de forma a atender as necessidades específicas do **Inea**, assegurando total coerência ao perfil de infraestrutura existente e garantindo a sua operacionalização.

O **SEIRH** tem por objetivo fornecer ao Inea e aos órgãos competentes, um sistema em ambiente *web* mais arrojado que suporte o planejamento e a gestão dos recursos hídricos do Estado. O sistema deverá possuir módulos que estejam de acordo com as atividades exercidas pelo órgão e em sincronismo com a base de dados da Agência Nacional de Águas (ANA), e que organize e gerencie os dados da **Inea** em um banco de dados corporativo centralizado que contemple além das bacias de dominialidade estadual, as bacias de rios de domínio da União compartilhadas pelo Estado, dados hidrológicos relevantes dos corpos hídricos contidos na base geográfica e os dados de usos e usuários de recursos hídricos levantados. As regras topológicas e relacionamentos entre entidades deverão ser acompanhados da implementação de funções e processos de regularização, gestão e sustentabilidade do uso da água bruta no Estado do Rio de Janeiro. O Sistema deverá proporcionar acessibilidade de consulta, atualização, carga e exportação de dados, via *web*, às bases de dados existentes no Inea, fornecendo transparência e integração às atividades exercidas pelo órgão e estando aberto ao desenvolvimento de novas funções.

Devido ao seu conceito de sistema corporativo, o **SEIRH** deve ser integrado a outros sistemas e bases de dados, bem como atender à demanda de vários usuários. Esta interação deverá possibilitar ajustes e adequações ao longo do seu desenvolvimento, através de rotinas e interface que facilitem a troca de informações necessárias.

A primeira etapa deste projeto, que será tratada neste Termo de Referência, será a **fase de especificação**, onde serão realizadas duas atividades, **1) análise e levantamento dos requisitos e 2) Especificação Funcional e Técnica**, para geração de todos artefatos necessários para a documentação do sistema em módulos que contemplem a elaboração de ferramentas de estudos





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

hidrológicos, de vazões máximas e mínimas, cálculo de balanço hídrico; cadastro de barragens, classificação, acompanhamento e fiscalização quanto à segurança de barragens; avaliação dos dados que englobam todos os sistemas de monitoramento do INEA, quanto aos seus aspectos qualitativos e quantitativos, e demais elementos necessários à implementação do sistema de informação de recursos hídricos visando manter um olhar abrangente sobre a situação hídrica do Estado.

Em todos os módulos deverão ser avaliadas as demais integrações com sistemas e bases de dados atualmente em utilização no Inea, bem como implementação de novas ferramentas para análise dos dados e produção de informação.

3.1. Atividade 1 – Levantamento de Requisitos

A fase de levantamento de requisitos consistirá na realização de entrevistas com os principais usuários do sistema atual e técnicos da área, tentando manter o foco no funcionamento atual e nas necessidades não atendidas atualmente.

Inicialmente o analista deverá passar por um *overview* de documentação sobre o **SEIRH** com a ajuda da área técnica responsável competente. Após o período de aprofundamento, serão realizadas as entrevistas para que a comunicação esteja equilibrada e o aproveitamento das informações seja o melhor possível pelo analista. Um mapa de usuários (*customer development*) deverá ser criado com base nessas conversas.

Como parte da descoberta de um produto (*product discovery*), serão realizados alguns questionários para que se seja possível mensurar o grau de importância das demandas. Neste período, será importante preparar um protótipo com as principais partes do novo sistema.

Como itens de entrega desta etapa, listam-se:

- **Mapa de usuários:** lista de perfis de usuário com uma breve descrição de seus papéis e responsabilidades no sistema;
- **Backlog do Produto:** lista de itens que o sistema deverá ter, ordenado pelo grau de importância, com estimativa de pontos de complexidade e uma breve descrição do funcionamento.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

3.2. Atividade 2 – Especificação Funcional e Técnica

A etapa de especificação funcional e técnica terá como responsabilidade principal o detalhamento de tudo que foi realizado na etapa de levantamento de requisitos.

O *Backlog* do produto deverá, para cada item de *Backlog*, uma documentação detalhada com todas as regras funcionais e não funcionais para cada usuário envolvido – o que chamamos de *User Stories*.

Para maior clareza nessa documentação serão construídos diagramas baseados em UML, como diagramas de dados, sequência e se necessário use case, bem como modelo de dados para clarificar a estrutura dos dados do sistema.

Como entregas desta etapa, listam-se:

- **Backlog do Produto:** lista de itens do produto detalhados com seus *User Stories* e com documentação técnica. O *Backlog* poderá sofrer ajustes em seus itens, tanto na ordem de prioridade quanto de complexidade;
- **User Stories:** Para cada item do *Backlog* haverá um documento detalhando o contexto, e suas regras de negócio, com diagramas em UML se necessário.
- **MVP (Minimum Viable Product):** uma lista com as funcionalidades básicos e necessários para se entregar uma primeira versão do produto.

3.3. Artefatos

Após a elaboração das 2 (duas) etapas, deverão ser apresentados os seguintes artefatos:

- Levantamento de Requisitos;
- Descrição dos Casos de Uso;
- Documento de Visão do Negócio;
- Dicionário de Dados;
- Diagrama de Entidade e Relacionamento – MER (Banco de Dados);



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

- Modelo e Diagrama de Integração de Sistemas;
- Protótipos e Telas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

A prestação de serviços técnicos especializados será atendida através das unidades de serviços técnicos – UST, obedecendo aos seguintes critérios de aplicação e remuneração das unidades contratadas:

- A unidade de medida adotada denomina-se Unidade de Serviço Técnico – UST, que corresponde ao esforço para a realização e conclusão das atividades definidas, independentemente da quantidade de recursos alocados, condicionando os pagamentos de acordo com as entregas;
- Como referência, 01 (uma) UST corresponde a 01 (uma) hora de trabalho técnico da complexidade mais baixa e um mês de serviço e contempla 176 (cento e setenta e seis) horas;
- A complexidade de uma atividade considera a relevância dos serviços, de acordo com o perfil de especialização dos profissionais responsáveis.

Na Tabela 1 estão descritos os graus de COMPLEXIDADE adotados pela Gerência de Tecnologia, onde o respectivo peso é considerado de acordo com grau de experiência do profissional.

Tabela 1 – Complexidade e Peso de Atividade

COMPLEXIDADE	Nível Profissional	PESO
Baixa	Junior	1
Média	Pleno	1,4
Alta	Sênior	1,6

A CONTRATADA é responsável pela prestação dos serviços, devendo utilizar o pessoal técnico qualificado nos quantitativos que achar adequado para garantir a plena qualidade dos produtos entregues, ficando sob sua definição qualquer composição de recursos, otimização de rotinas ou procedimentos.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

5. ESTIMATIVAS DE VOLUME

A Tabela 2 apresenta as expectativas de demanda, em UST para 4 (quatro) meses de execução contratual, para prestação de serviços.

Tabela 2 – Estimativa de Volume

Serviço	Métrica	Tipo	Total 4 Meses (UST)
Serviços técnicos especializados de análise e levantamento de requisitos	Unidade de Serviço Técnico – UST	Demanda	739

Os volumes apresentados na Tabela 2 foram meramente estimativos e não constituem compromisso de demanda por parte do CONTRATANTE, ou seja, não há garantia de consumo mínimo. Os serviços serão pagos pelo quantitativo de resultados recebidos e atestados como aderentes às especificações previstas neste Termo de Referência.

O quantitativo de UST estimado para esta contratação foi elaborado com base no dimensionamento realizado pela nossa equipe de Negócios, levando em consideração o escopo apresentado e a base das horas destinadas aos serviços desta natureza realizados para outras soluções.

A Tabela 3 apresenta as expectativas de realização de serviços em UST para 4 (quatro) meses de execução contratual, de acordo com as atividades a serem realizadas, tendo sido utilizado o peso de 1,4, referente ao perfil pleno desejado para a realização da demanda.

Tabela 3 – Tabela de Referência UST

Tipo	Atividade	Descrição	Complexidade	Peso [A]	Esforço máximo (4 meses) [B]	UST (A) x (B)
------	-----------	-----------	--------------	----------	------------------------------	---------------



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

DEMANDA	Serviços técnicos especializados de análise e levantamento de requisitos	Atividade 1 - Levantamento de Requisitos Atividade 2 – Especificação Funcional e Técnica	Média	1,4	528	739
---------	--	---	-------	-----	-----	-----

5.1. Macroprocesso Operacional

As UST's devem ser estimadas e apresentadas pela CONTRATADA em forma de Plano de Trabalho para autorização da CONTRATANTE, multiplicando-se pelo quantitativo e profissionais necessários à execução dos serviços descritos de acordo com o seguinte macroprocesso apresentado abaixo:

Tabela 4 – Listagem de atividades e respectivos responsáveis

Etapa	Responsável	Ação	Qualificação
Emitir Solicitação de Serviço	CONTRATANTE	O CONTRATANTE emite uma Solicitação de Serviço para a CONTRATADA.	A CONTRATADA deve avaliar se a Solicitação de Serviço possui informações sobre todas as variáveis de dimensionamento necessárias a elaboração do Plano de Trabalho.
Elaborar Plano de Trabalho	CONTRATADA	A CONTRATADA elabora e apresenta um Plano de Trabalho. A proposta apresentada pela CONTRATADA representará a quantidade de horas consumidas e o tempo de duração.	A CONTRATANTE irá avaliar o Plano de Trabalho apresentado.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

Etapa	Responsável	Ação	Qualificação
Aprovar Plano de Trabalho	CONTRATANTE	O CONTRATANTE aprova o Plano de Trabalho. Caso não concorde com o Plano apresentado, o CONTRATANTE negocia com a CONTRATADA os ajustes necessários.	O CONTRATANTE deve verificar se Plano de Trabalho atende requisitos funcionais e técnicos da Solicitação de Serviço.
Alocar profissional	CONTRATADA	A CONTRATADA aloca os profissionais em conformidade com a complexidade das atividades definidas no Plano de Trabalho.	A CONTRATANTE deve avaliar níveis de capacitação e certificação previstos neste Termo de Referência.
Execução da Ordem de Serviço	CONTRATADA	A CONTRATADA executa os serviços estabelecidos na Ordem de Serviço de acordo com os respectivos cronogramas e dentro dos padrões de qualidade e de compatibilidade técnica, conforme as definições especificadas neste Termo de Referência. As Ordens de Serviço serão passíveis de ajustes/correções apenas em casos fortuitos, plenamente justificados e aprovados pela CONTRATANTE.	Acompanhamento das atividades de Desenvolvimento e/ou Sustentação conforme cronograma estabelecido avaliar andamento conforme os critérios técnicos de qualidade descritos neste Termo de Referência e na Ordem de Serviço.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

6. METODOLOGIA

É desejável a adoção de métodos ágeis como *Scrum* e *Lean* nas entregas visando reduzir o risco de distanciamento entre o conceitual e o concreto. Ciclos curtos de mensuração ajudam a formar uma cultura de entrega incremental e propiciam a comunicação transparente entre as partes envolvidas.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A seguir são apresentadas as obrigações da CONTRATADA:

- Entregar todos os itens conforme especificações contidas neste Termo de Referência e proposta constante no ANEXO I, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo fixado neste Termo de Referência, os serviços efetuados em que sejam verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução e/ou dos materiais empregados, a critério da CONTRATANTE;
- Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação e/ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- Não permitir a utilização do trabalho de menor de idade;
- Manter, durante toda a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

- Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que a CONTRATADA está obrigada, exceto nas condições autorizadas neste Termo de Referência e/ou na minuta de contrato;
- Orientar seus empregados quanto às normas e procedimentos a serem adotados durante o exercício de suas funções, bem como a fornecer os equipamentos de proteção individual necessários à atividade desenvolvida;
- Não permitir que seus empregados e/ou subcontratados designados para a execução dos serviços ora contratados desempenhem atividades diversas daquelas acordadas no presente instrumento;
- As aplicações e fontes geradas com a utilização desta ferramenta, serão de propriedade exclusiva do cliente;
- A CONTRATADA deverá firmar TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE, previsto no ANEXO II deste Termo de Referência.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

- Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- Não permitir que os empregados da CONTRATADA executem tarefas em desacordo com as pré-estabelecidas no contrato.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

9.1. Proposta Técnica

A proposta deverá ser encaminhada de acordo com apresentado no ANEXO I deste Termo de Referência.

9.2. Critérios para aceitação da proposta

- Obrigatoriamente, deverão ser cotados todos os serviços referente aos artefatos citados no item 3.3 e materiais relacionados no modelo de PROPOSTA DE PREÇOS sob pena de desclassificação e consequente exclusão do certame;
- A apresentação de proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Termo e seus anexos;
- Não será aceita proposta alternativa, sob pena de desclassificação;
- Será vencedor o contratante que apresentar o MENOR VALOR TOTAL para o objeto da contratação, resultado da multiplicação dos itens (A) e (B) do modelo da Proposta de Preços;
- Os pagamentos a serem efetuados serão de acordo com a entrega de cada artefato citado na “Proposta de Preços” da contratada;
- As quantidades de serviços serão variáveis conforme o atendimento às necessidades demandadas pelo INEA, limitadas em seu valor global ao orçamento máximo previsto;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

9.3. Qualificação Técnica

- Demonstração de capacitação técnico-profissional mediante comprovação do licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior pleno (responsável técnico), com experiência na condução na realização de serviço (s) de característica (s) semelhante (s) às do objeto da licitação;
- A comprovação do vínculo do profissional responsável técnico deverá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:
 - No caso de vínculo empregatício: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho, contendo as folhas que demonstre o n.º de registro, qualificação civil, contrato de trabalho ou ficha de registro de empregados (FRE), em frente e verso, devidamente visada pela DRT; - Delegacia Regional do Trabalho;
 - No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de Registro de Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;
 - No caso de profissional autônomo contratado: contrato de prestação de serviço firmado pelas partes e devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos;
 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado (s) de implantação de sistema, em nome da (s) empresa (s), emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de 4 (quatro) meses a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e, conforme art. 24, da Lei Federal nº 8.666/1993, podendo ser renovado até o limite permitido.

11. PROCEDIMENTO DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado conforme demanda e macroprocesso apresentado no item 5, onde a CONTRATADA irá realizar a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura ao final de cada mês,





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

contendo o detalhamento de cada entrega, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do atesto, conforme cálculo demonstrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Cálculo do Valor da Nota Fiscal

Variável	Fórmula
VF_{NF} : Cálculo do Valor da Nota Fiscal.	$VF_{NF} = QTDE_{UST\ NF} * VLR_{UST}$ <p>Onde:</p> <p>QTDE_{UST NF}: Somatório USTs da Ordem de Serviço</p> <p>VLR_{UST}: Valor em Real (R\$) da Unidade de Serviço Técnico</p>

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A CONTRATADA/CONTRIBUINTE regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária mencionada no parágrafo anterior. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

O pagamento será efetuado, por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente ou por meio de Ordem Bancária para pagamento de faturas com código de barras, de acordo com as exigências administrativas em vigor.

Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

A prestação do serviço deverá ser feita em regime 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), durante o horário comercial (09:00 às 18:00 horas), exclusive feriados e deverá ser realizada por profissionais especializados e certificados pela CONTRATADA.

Para pagamento, serão consideradas somente as UST's efetivamente utilizadas.

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/1993, a CONTRATADA que:

- Inexecutar total ou parcialmente o contrato;
- Apresentar documentação falsa;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal;
- Descumprir qualquer dos deveres elencados neste Termo;
- A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
 - Moratória de até 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - Suspensão do direito de contratar com o INEA pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;
- A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas;



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

- A aplicação de qualquer das penalidades previstas, realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº. 8.666/1993 e subsidiariamente na Lei Federal nº. 9.784/1999;
- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do INEA ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente;
- Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Administração do INEA;
- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;
- As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

ANEXO I

PLANILHA PARA PROPOSTAS DE PREÇOS

Tipo	Atividade	Descrição	Complexidade	Peso [A]	Esforço máximo (4 meses) [B]	Valor Unitário UST	Valor Total [A x B] x Valor UST
DEMANDA	Serviços técnicos especializados de análise e levantamento de requisitos	Atividade 1 - Levantamento de Requisitos Atividade 2 – Especificação Funcional e Técnica	Intermediaria	1,4	739	R\$	R\$

EQUIPE TÉCNICA

PERFIL TÉCNICO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	ESFORÇO PREVISTO	PESO	Valor unitário UST	Valor Total UST
			1,4	R\$	R\$
			1,4	R\$	R\$



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

De um lado a (nome empresarial), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (.....), neste ato representada legalmente por (nome e CPF), doravante designada COMPROMITENTE; de outro, o Instituto Estadual do Ambiente, com sede na [ENDEREÇO], inscrito no CNPJ/MF sob o nº (...), neste ato representado por seu Presidente (...), doravante designado INEA.

CONSIDERANDO que na execução do contrato nº (.....), decorrente do processo administrativo nº (.....), tendo por objeto (.....), a COMPROMITENTE terá acesso a informações contidas em processos e/ou documentos, ou armazenadas em meio físico, magnético ou eletrônico e/ou outros meios, as quais podem ter caráter sigiloso ou confidencial, as partes celebram o presente TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE, doravante designado TERMO, regido por disposições da Constituição Federal, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), da Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005 (sobre informações sigilosas) e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO a proteção das informações de caráter sigiloso e/ou confidencial disponibilizadas pelo INEA para a COMPROMITENTE em razão do contrato nº (.....), que tem por objeto (.....).

Parágrafo primeiro - O compromisso de confidencialidade assumido pela COMPROMITENTE através deste TERMO é extensivo aos seus representantes, prepostos, administradores, consultores, funcionários e terceiros que tiverem acesso às informações mencionadas no *caput* desta cláusula.

Parágrafo segundo – O compromisso de confidencialidade abrange todos os produtos, atuais e futuros; informações assistenciais, resultados de exames, mapas; informações contábeis, financeiras, técnicas, estratégicas ou negociais; nomes de clientes, endereços e outros dados afins; contratos, práticas, procedimentos e outras informações comerciais; softwares, relatórios, estratégias, planos, documentos, desenhos, máquinas, ferramentas, modelos, descrições de patentes, amostras e materiais, quando relacionados ao objeto descrito no *caput* desta cláusula.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

CLÁUSULA SEGUNDA – DEFINIÇÃO

Entende-se por informação confidencial toda informação classificada sob a rubrica '*acesso restrito a determinadas categorias específicas de pessoas, por força de lei ou de regulamento*', contida em qualquer documento ou gravada em qualquer meio físico, magnético ou eletrônico, ou, ainda, aquela informação contida em qualquer documento ou gravada em qualquer meio físico, magnético ou eletrônico, cuja revelação ou divulgação afete a privacidade, o bem-estar e a segurança de indivíduos, de grupos e de instituições.

CLÁUSULA TERCEIRA – INFORMAÇÕES EXCLUÍDAS DA CONFIDENCIALIDADE

Não são consideradas confidenciais:

3.1. Informações cujo uso for expressamente autorizado pelo INEA, sem restrição.

3.2. Informações que se tornaram de domínio público, sem qualquer ação ou omissão da

COMPROMITENTE.

3.3. Informações obtidas de forma independente e disponibilizadas pela própria COMPROMITENTE, sem qualquer referência ou vínculo com as informações consideradas confidenciais.

CLÁUSULA QUARTA – FORO

Fica eleito o foro da cidade do (...), RJ, para dirimir eventual controvérsia relativa ao presente compromisso de confidencialidade.

Rio de Janeiro, de de 201 .

(Nome)

Representante Legal da COMPROMITENTE.

